



NEOLIBERALISMO, IDEOLOGIA NEOLIBERAL E REGRESSÃO DE DIREITOS: ANÁLISE DE CINCO PEÇAS PUBLICITÁRIAS SOBRE A REFORMA TRABALHISTA DIVULGADAS PELO GOVERNO TEMER NO MICROBLOG TWITTER

NEOLIBERALISM, NEOLIBERAL IDEOLOGY AND RIGHTS REGRESSION: ANALYSIS OF FIVE ADVERTISING PIECES ON THE LABOR REFORM PUBLISHED BY TEMER ADMINISTRATION ON TWITTER

NEOLIBERALISMO, IDEOLOGÍA NEOLIBERAL Y REGRESIÓN DE DERECHOS: ANÁLISIS DE CINCO ANUNCIOS PUBLICITARIOS SOBRE LA REFORMA LABORAL EMITIDOS POR EL GOBIERNO TEMER EN MICROBLOG TWITTER

Vanessa Tavares Dias¹⁰⁷

Paulo Morais¹⁰⁸

Iris Carmen Pinheiro Rodrigues¹⁰⁹

 10.21665/2318-3888.v10n19p331-371

RESUMO

O objetivo específico do presente artigo é compreender de que forma as propagandas sobre a Reforma Trabalhista, difundidas pelo governo de Michel Temer, apresentam recursos textuais e imagéticos que mobilizam o repertório ideológico do neoliberalismo. O objeto da análise consiste em uma série de cinco imagens

¹⁰⁷ Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9226-4334>. E-mail: vanessa.dias@unifal-mg.edu.br.

¹⁰⁸ Bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). <https://orcid.org/0000-0002-6879-0948>. E-mail: paulo@viraminas.org.br.

¹⁰⁹ Mestre em Gestão Pública e Sociedade na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela mesma universidade. <https://orcid.org/0000-0002-2761-143X>. E-mail: iriss_rodrigues@hotmail.com.



publicitárias, publicadas na conta oficial do Twitter do governo federal, no mesmo ano em que a Reforma foi aprovada, 2017. A partir de algumas teorias sobre o neoliberalismo, elaboramos um quadro organizativo, que divide em três eixos os aspectos típicos da ideologia neoliberal: eixo primário relativo às aspirações autênticas dos “neosujeitos”; eixo secundário mobilizador da agência individual para os interesses do capital; e identidades relativas à nova ética de “estar no mundo”. A metodologia, extraída da matéria teórica, busca relacionar o arranjo da ideologia neoliberal com as imagens icônicas e simbólicas das peças publicitárias. O resultado encontrado revela que as propagandas incorporam vários elementos da ideologia neoliberal, tais como as aspirações dos indivíduos por “liberdade” e “autonomia”; no entanto, elas também se reportam a elementos que, em princípio, parecem contraditórios ao neoliberalismo, os quais prometem segurança e previsibilidade quanto ao futuro.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Ideologia Neoliberal. Reforma Trabalhista. Propaganda.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand how advertisement about the Labor Reform, spreaded by Michel Temer's government, presents textual and imagetive resources that mobilize the ideological range of neoliberalism. The object of analysis consists in a series of five images, posted on the official Twitter account of the federal government in 2017, when the Labor Reform was approved. Based on a few theories on neoliberalism, we developed an organizational framework, which divides the typical aspects of neoliberal ideology into three axes: the primary axis relates to the authentic aspirations of “neo-subjects”; a secondary mobilizing axis of the individual agency for capital interests; and identities related to the new ethics of “being in the world”. The methodology, taken from theory, seeks to relate the theoretical arrangement of neoliberal ideology with the iconic and symbolic images of advertising pieces. The results revealed that advertisements incorporate various elements of the neoliberal ideology, such as individual aspirations for “freedom” and “autonomy”; however, they also refer to elements that originally seem contradictory to neoliberalism, which promise safety and predictability for the future.

Keywords: Neoliberalism. Neoliberal Ideology. Labor Reform. Propaganda.

RESUMEN

El objetivo específico de este artículo es entender cómo los anuncios publicitarios sobre la Reforma Laboral, difundidos por el gobierno de Michel Temer, contienen recursos textuales e imaginativos que movilizan el repertorio ideológico del neoliberalismo. El objeto del análisis consiste en una serie de cinco imágenes publicitarias, publicadas en la cuenta oficial de Twitter del gobierno federal, en el



mismo año en que se aprobó la Reforma, 2017. A partir de algunas teorías sobre el neoliberalismo, hemos elaborado un marco organizativo que divide en tres ejes los aspectos típicos de la ideología neoliberal: un eje primario relativo a las auténticas aspiraciones de los "neosujetos"; un eje secundario que moviliza la agencia individual en favor de los intereses del capital; y las identidades relativas a la nueva ética de "estar en el mundo". La metodología, extraída de la substancia teórica, busca relacionar la disposición de la ideología neoliberal y las imágenes icónicas y simbólicas de los anuncios publicitarios. El resultado encontrado revela que los anuncios publicitarios incorporan varios elementos de la ideología neoliberal, como las aspiraciones de "libertad" y "autonomía" de los individuos; sin embargo, también hacen referencia a elementos que, en principio, parecen contradictorios con el neoliberalismo, que prometen seguridad y previsibilidad sobre el futuro.

Palabras clave: Neoliberalismo. Ideología Neoliberal. Reforma Laboral. Publicidad.

Introdução

Desde o último quarto do século XX, o capitalismo vive uma nova crise de acumulação. Em razão disso, segundo Filgueiras (1997), um movimento formado por três fenômenos articulados orientou a metamorfose do mundo capitalista como um todo: são eles o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva. Ainda que, segundo o mesmo autor, os três não sejam exatamente a mesma coisa, a sua relação concertada foi definitiva para um largo processo de destruição das forças produtivas, das formas de sociabilidade e de um "modo de vida" aparentemente estável desde o final da Segunda Guerra.

Na nova ordem neoliberal, projetada pela burguesia global, os direitos trabalhistas configuram-se um obstáculo para implantação do padrão de acumulação flexível, que, em tese, tornaria possível a retomada das taxas de crescimento e o aumento da renda do capital. Em 2016, a instabilidade democrática do governo Michel Temer



(2016-2018) ¹¹⁰ representou o cenário propício para a reabilitação e o aprofundamento da agenda neoliberal no Brasil, que incluiu a maior reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde a sua aprovação em 1943. Na prática, a Reforma, que passou a vigorar em 2017, representou uma contrarreforma que alterou o padrão de regulação social do trabalho, estabelecendo, segundo Krein (2018, p. 78), “um novo ‘cardápio’ de opções aos empregadores para manejar a força de trabalho de acordo com as suas necessidades”.

A Reforma Trabalhista foi aprovada sem que houvesse, por parte dos trabalhadores, resistência substantiva capaz de barrar a sua consumação. Podemos elencar muitas variáveis que pesam sobre a letargia coletiva, como o enfraquecimento dos sindicatos no decorrer das décadas neoliberais e o próprio contexto histórico no qual a alteração das leis trabalhistas foi ratificada. No entanto, nos interessa particularmente compreender as articulações do capital para divulgar essa proposta. Conforme observa Harvey (2008, p. 80), quando a competição internacional e a globalização não são suficientes para disciplinar os movimentos contrários ao projeto neoliberal, “[o] Estado (...) terá de recorrer à persuasão, à propaganda ou, se necessário, à força bruta e ao poder de polícia para suprimir a oposição ao neoliberalismo”. Colocando em outros termos, simultaneamente ao recrudescimento das formas de repressão pelo Estado contra a ação coletiva, os agentes capitalistas precisaram se debruçar sobre a sistematização de um arsenal ideológico hábil na arte do convencimento.

Partimos da hipótese de que a desregulamentação das leis protetivas do trabalho integra um dos pontos centrais do projeto neoliberal. Isso se deve ao fato de que,

¹¹⁰ Como mostra Klein (2007), determinadas situações de desestabilização social têm sido usadas para colocar em prática a agenda neoliberal. O brutal golpe de Estado do Chile, em 11 de setembro de 1973, foi o primeiro laboratório de conformação neoliberal sob profundo choque social, numa estratégia que se repetiu em outros cenários de grandes tragédias naturais e colapsos políticos e econômicos ao redor do mundo.



sem a destruição da proteção do trabalho, e sem o consentimento sobre os escombros das leis trabalhistas, o projeto neoliberal não avança. Por ser inteiramente impopular, a burguesia precisa empenhar-se laboriosamente na propagação de narrativas que sejam justificadoras da precarização do trabalho, narrativas capazes de realizar a absorção molecular de forças populares na órbita do Estado, fragilizando a sua organização e o repertório de suas lutas. Em outras palavras, a burguesia precisa operar uma estrutura ideológica para além do plano filosófico e teórico, de forma a alcançar um nível popular e de massa, fazendo com que os próprios trabalhadores consintam a retirada de seus direitos.

Esse texto busca desvendar as manobras comunicacionais do governo Temer, que pretenderam apresentar o desmonte da CLT como algo vantajoso para os trabalhadores. Para tanto, procuramos nos sítios e contas oficiais do governo federal, disponíveis na *internet*, anúncios, cartilhas e vídeos sobre a Reforma. Posteriormente, realizamos um recorte particular, limitando o *corpus* da análise a uma série de cinco imagens publicitárias, publicadas no perfil do governo federal do microblog *Twitter*, mais especificamente na conta @brasilgovbr, acessada no dia 17 de dezembro de 2017. Os objetivos específicos dessa análise são: 1) apresentar uma definição de neoliberalismo e de ideologia neoliberal; e 2) compreender de que forma as propagandas sobre a Reforma Trabalhista apresentam recursos textuais e imagéticos que mobilizam ou não esse repertório ideológico particular. Após observar numa lâmina especial esse pequeno recorte da realidade, buscamos encontrar pistas que possam descortinar processos mais amplos de produção da hegemonia neoliberal.

Após essa introdução, o leitor encontrará cinco seções. Na primeira, apresentaremos os princípios teóricos que orientam a análise, ou seja, o debate sobre neoliberalismo e ideologia neoliberal. Na segunda seção, discorreremos sobre a metodologia e os procedimentos metodológicos, cujo alicerce é colocar à prova da teoria um



fenômeno empírico particular, não sendo meramente uma sociologia empírica. Dedicamos a terceira seção à apresentação do material primário, que será analisado na quarta seção. Por fim, apresentaremos algumas conclusões possíveis.

1. Argumentação teórica

a) neoliberalismo

O termo neoliberalismo compreende uma miscelânea de significados, podendo ser tratado como uma teoria, um projeto político, um plano econômico, um momento histórico ou mesmo uma ideologia. Além das diferenças no que respeita à aceção teórica, Anderson (2003), Harvey (2008) e Duménil e Lévy (2014) chamam a atenção para o fato de que as experiências práticas de implantação de sua agenda encerram distintas configurações em diferentes países, bem como mudaram ao longo do tempo. Por esses motivos, consideramos oportuno explicar o termo e organizar um arranjo conceitual que seja apropriado para a análise que será realizada adiante.

O neoliberalismo é considerado, para um conjunto de autores¹¹¹, uma resposta engenhosa do capital à crise da acumulação dos anos 1970. Segundo observam Duménil e Lévy (2003), aquela década foi marcada por um processo de redução das taxas de produtividade do trabalho e de diminuição da produtividade do capital, o que significou a obtenção de uma quantidade menor de produtos para o mesmo estoque de capital, ou investimento de mais capital para o mesmo estoque de

¹¹¹ Por exemplo, Anderson (2003), Antunes (2003), Klein (2007), Harvey (2008), Duménil e Lévy (2014).



produtos. Esse revés por dentro do sistema representou o prenúncio do esgotamento do modelo de produção fordista e da fórmula keynesiana de desenvolvimento. No fordismo, como alerta Harvey (1992), o planejamento da produção lidava com um mercado presumido e com um consumo invariável. No novo cenário econômico, a divisão de trabalho fordista e o investimento via capital fixo de longo prazo entraram em choque com a necessidade de um planejamento produtivo mais flexível.

Em razão da crise da acumulação, tanto para Duménil e Lévy (2014) quanto para Harvey (2008), o capital exigiu mudanças no equilíbrio de forças das classes em luta, com vistas a restaurar o poder da classe dominante. Duménil e Lévy (2014) sustentam que a principal característica da fase neoliberal é a configuração de um bloco de poder formado pela classe capitalista e uma fração assalariada detentora de altos salários, formada especificamente por gerentes do ramo financeiro. O novo arranjo entre frações do percentil mais rico fortaleceu a classe capitalista, enquanto ocasionava o enfraquecimento das lutas dos trabalhadores, deixando a classe popular em situação mais vulnerável em relação ao passado. Esse fenômeno propiciou o avanço da empresa neoliberal e de sua agenda de retrocessos quanto aos direitos sociais. Ao mesmo tempo, permitiu uma reviravolta na organização do capitalismo global, que passou a ser conduzido pela hegemonia financeira. Para os mesmos autores (DUMÉNIL; LÉVY, 2014), isso quer dizer, em linhas gerais, que, se em outros momentos da história do modo de produção capitalista as instituições financeiras estavam a serviço da economia produtiva, o neoliberalismo realizou uma inversão desse elo, tornando o setor produtivo subordinado às finanças. Esse aspecto impactou diretamente o mundo do trabalho, uma vez que parte do capital industrial e agrícola passou a converter perdas econômicas em investimentos financeiros. O resultado foi a entronização dos interesses do mercado financeiro em todos os setores produtivos, com a respectiva diversificação das formas de recrutamento da força de trabalho.



Harvey (2008), numa perspectiva análoga à de Duménil e Lévy (2014), acredita que o novo arranjo de classe foi parte constitutiva da restauração dos mecanismos de operação do capital, ou seja, das formas de extração de mais-valor e da subordinação da classe trabalhadora. Vale a pena ressaltar que, para o geógrafo marxista, uma peça-chave da recomposição do poder da classe foi a reedição de formas de “acumulação por espoliação”, termo que permite uma aproximação conceitual com as formas de “acumulação primitiva”. O autor apontará para as diversas maneiras de “desposseção” que, sob o neoliberalismo, têm sido utilizadas para recompor a renda do capital, tais como privatização da terra, expulsão de populações camponesas pela força e regressão dos estatutos regulatórios destinados à proteção do trabalho. Quanto ao tema da financeirização, Harvey (2008) observa que não se trata apenas de um fenômeno econômico, incorporado na organização da produção ou nas formas de se fazer negócios. Para ele, o neoliberalismo conseguiu estabelecer a “financeirização de tudo”, colocando o bem-estar corporativo acima do bem-estar social. Isso significa, de forma sucinta, que diferentes instituições e dimensões da vida social - tais como escolas, hospitais, movimentos sociais e sindicatos - passaram a internalizar a *doxa* financeira, contábil e atuarial nas suas práticas e, por conseguinte, na formação dos sujeitos.

Harvey (2008) enfatiza, ainda, que a alteração do aparelho político foi central para a implantação da agenda neoliberal. Isso significou a destruição do Estado de bem-estar social e a sua conversão em “Estado mínimo”, ou seja, a implantação de políticas de austeridade, extinção de agências públicas, venda de estatais, diminuição de recursos para gastos sociais, alteração nas legislações trabalhista e previdenciária, entre outros aspectos. É importante enfatizar, no entanto, que o termo “mínimo” é usado como retórica dominante, uma vez que a transformação do aparelho político não significou em nenhum país a redução de seu tamanho, o “enxugamento” de seus quadros ou a diminuição de seus gastos. As “reformas” do Estado, conforme Harvey (2008), significaram mais estritamente uma



reestruturação da qualidade de suas funções. A nova organização estatal precisou ser mínima na garantia dos direitos, mas máxima quanto à salvaguarda dos interesses privados e à repressão às insurgências populares.

Essas “reformas” do Estado, que significaram nada mais do que a retirada de direitos do trabalho para transferir recursos públicos para o capital, foram apresentadas por agentes neoliberais (acadêmicos, jornalistas, empresários, ativistas etc.) à sociedade a partir de um discurso forjado na tutela do Estado pelo mercado. Para McGuigan (2016), o neoliberalismo estabeleceu uma relação antinômica entre Estado e mercado, na qual o Estado tem sido correntemente associado ao sentido simulado da “estagnação”, “fechamento”, “rigidez”, “autocracia”, e o mercado a termos otimistas como “liberdade”, “abertura”, “flexibilidade”, “dinamismo”, “novidade”, “crescimento” e “democracia”. Em um nível mais popular, segundo McGuigan (2016), o “mercado” e a terminologia a ele associada passam a fornecer o léxico metafórico para um discurso vernáculo do dia-a-dia, americanizado pela ideia de marca, de consumismo e de uma pretensa “ciência gerencial”. Sendo assim, partindo da análise do autor, essa nova vulgata global passa a compor a ideologia justificadora da nova fase do capital.

Outro aspecto que norteia a ideologia neoliberal é o individualismo. Ainda para McGuigan (2016), não se trata mais de um ideal burguês de liberdade pessoal, como no liberalismo, mas sim de uma individualização obrigatória. Seguindo as pistas de Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, a autor afirmará que os indivíduos sob o neoliberalismo estão compelidos a fazer escolhas agonísticas sobre o caminho a seguir ao longo de sua trajetória de vida, além de estarem obrigados a assumir de forma pessoal as responsabilidades pelas suas escolhas. Colocando com outras palavras, a individualização passa a ser, de acordo com o autor, uma questão de obrigação institucionalizada, e não uma “livre escolha”. Nesse sentido, todos foram abandonados ao seu destino, num processo que valoriza mais a autonomia do que a segurança. No entanto, para o mesmo autor (MCGUIGAN, 2016), ao contrário de um



processo de emancipação plena, a “individualização” e a “autonomização” prometidas pelo neoliberalismo representam um simulacro de liberdade, visto que o indivíduo é submetido à lógica do mercado, enquanto é duramente penalizado pelo fracasso pessoal e pelos infortúnios de ambientes altamente competitivos sobre os quais não tem controle.

Numa chave interpretativa diferente, Brown (2019), Han (2018) e Dardot e Laval (2016) se contrapõem a Harvey, a Duménil e Lévy e a outros autores de orientação marxista, por considerarem que o neoliberalismo não é uma resposta à crise capitalista, mas sim a uma crise de governamentalidade. Esses autores ora se aproximam, ora se diferenciam da teoria de Foucault, apresentando uma atualização da biopolítica foucaultiana para compreender o tempo presente.

Dardot e Laval (2016) questionam análises que tratam o capitalismo como uma formação sempre igual a si mesma, formada por uma classe capitalista nos moldes burgueses e cujo princípio teórico evoca a ideologia, ou seja, o “reflexo de uma lógica do capital que suscita as formas sociais, culturais e políticas que lhe convém à medida que se expande” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24). Para os autores, o neoliberalismo não é um projeto salvacionista do capitalismo, orientado por um processo de destruição das forças produtivas e baseado numa ideologia justificadora que expressa a lógica material. Ele representa, na realidade, uma reação à crise das formas de intervenção política em matéria econômica e social e de justificação doutrinal dessa intervenção. Para contornar a crise de governo, os autores franceses acreditam que houve a necessidade de elaborar discursos, práticas e dispositivos que expressassem um modo concorrencial de governo dos homens. Sendo assim, para eles, a razão neoliberal equivale a um sistema normativo que estende determinada técnica de exercício do poder de forma transversal a todas as relações sociais e a todas as esferas de vida. Assim, os autores revelam que ao mesmo tempo em que o neoliberalismo corrói os direitos sociais e trabalhistas, a democracia e as



formas de sociabilidade, ele também constrói uma maneira de governar os homens. E essa maneira de governo conta com a agência dos próprios indivíduos.

Os mesmos autores (DARDOT; LAVAL 2016) chamam a atenção também para o fato de os agentes do neoliberalismo reelaboraram certa retórica da liberdade, relacionando o termo à lógica do “empresariamento” do humano. Em outras palavras, o projeto neoliberal buscou resgatar o desejo autêntico de liberdade dos sujeitos, convertendo-o à razão sobre a gestão de si mesmo, fenômeno que só pode ser bem-sucedido na medida em que o indivíduo estabelece estratégias para sua vida como se fosse uma empresa, se apropriando de valores e princípios relacionados à iniciativa, à ambição, ao cálculo e à responsabilidade. A ética empresarial não seria puro hedonismo, mas sim uma nova ética de “estar no mundo” por meio da qual o sujeito conseguiria se realizar plenamente em todas as dimensões de sua vida. Concluindo, os autores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21) acreditam que a governamentalidade neoliberal, “em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedida aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos”. Segundo os autores,

[a] concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais. O sujeito neoliberal em formação, do qual gostaríamos de delinear aqui algumas das características principais é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi objeto de inúmeros trabalhos. Não faltam hoje descrições do homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluído”, “sem gravidade”. Esses trabalhos preciosos, e muitas vezes convergentes, no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova do homem, a qual, para alguns, afetaria a própria economia psíquica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321)

Brown (2019) considera que o neoliberalismo é mais do que um conjunto de políticas de privatização de serviços públicos, de precarização do trabalho e de implementação de tarifas e impostos convidativos a investidores estrangeiros. Ainda



que todos esses aspectos constituam a agenda neoliberal, a autora define neoliberalismo como sendo uma nova racionalidade política. Ela busca enfatizar que o núcleo central do neoliberalismo, ao invés de ser uma reinicialização do capitalismo, consiste na alteração radical de valores e de princípios que irão governar a conduta dos indivíduos. Tais princípios tornaram-se fundamentos da realidade presentes em cada esfera da existência. Ao mesmo tempo, tiveram a capacidade de reorientar o próprio *homo œconomicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades em um sujeito da competição e do aprimoramento do chamado “capital humano”.

Uma das teses centrais da autora (BROWN, 2019) é a relação entre o neoliberalismo e o desmantelamento da solidariedade social. A destruição da organização coletiva efetiva-se, especialmente, por meio da condenação de toda e qualquer solução estatal para problemas econômicos e sociais, ou seja, diz respeito à “demonização” da natureza do Estado de bem-estar social. Segundo a cientista política, a rejeição à função social do aparelho político está associada a um discurso de exaltação da “liberdade”, que se contrapõe a princípios que visam equalizar os sujeitos numa ordem desigual, opondo a ideia de “liberdade” à existência do “social”. Concepções de igualdade racial, sexual e de gênero, a defesa da educação pública e da justiça social aparecem nas cartilhas neoliberais como contraditórias a uma suposta “liberdade individual” e à moralidade disciplinadora dos indivíduos. Sendo assim, conforme observa a autora (BROWN, 2019), toda ação política que vise a alterar a vida coletiva é considerada pela razão neoliberal um atentado à individualização. Essa narrativa defende o fim da segurança do trabalhador, a sua desproletarização e dessindicalização como se fossem passaportes para a “liberdade”, quando, na verdade, significam verdadeiramente a terceirização do trabalho, a precarização das condições de vida e a apropriação do “eu” como fonte de capitalização. O mito da “liberdade”, na prática, serve de alicerce para as políticas de flexibilização das relações de trabalho, empurrando o trabalhador para a precarização:



“(…) Arredando quartos no Airbnb, dirigindo para o Lyft ou Uber, trabalhando para o Task Rabbit como *freelancers*, compartilhando bicicletas, ferramentas e carros ou simplesmente gerenciando uma variedade de fontes de renda de tempo parcial e de curto prazo (“bicos”), indivíduos e famílias visam sobreviver aos cortes e às recessões econômicos” (BROWN, 2019, p. 51).

Han (2018) apresenta uma teoria que poderíamos chamar de “pós-foucaultiana” para o mesmo fenômeno. Para ele, o capitalismo neoliberal é determinado por modos imateriais e incorpóreos de produção e, por este motivo, reivindica certa otimização mental, justificando-se uma guinada do controle dos corpos para o controle da *psique*. Na psicopolítica, termo do autor, o “eu” acredita ter se libertado de pressões externas, e passa a se submeter a pressões internas, explorando “voluntariamente” a si mesmo. Isso só é possível porque o neoliberalismo é muito eficiente ao explorar um desejo genuíno de independência, fazendo com que o poder apareça para os sujeitos como se fosse “liberdade”. Nas palavras do próprio autor (HAN, 2018, p. 26), “[o] sujeito submisso não é nunca consciente de sua submissão. O contexto de dominação permanece inacessível a ele. É assim que ele se sente em liberdade”. No glossário neoliberal, a defesa da “liberdade” é o que projeta o sujeito para o governo de si; é, também, o que o ativa e o motiva à competição e à concorrência e o que permite a aquiescência com relação a empregos precários.

O sujeito neoliberal de desempenho como “empresário de si mesmo” – afirma o autor – explora-se voluntária e apaixonadamente. (...) A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração (HAN, 2018, p. 44).

Sendo assim, neoliberalismo transformou a exploração do trabalho pelo capital em autoexploração e, conseqüentemente, em autorresponsabilização pelos fracassos vividos pelos sujeitos individuais. Nesse ponto, Han (2018) reavalia a estrutura social dividida em classes:



O regime neoliberal transforma a exploração imposta por outros em uma autoexploração que atinge todas as “classes”. Essa autoexploração sem classes é completamente estranha a Marx e torna a revolução social impossível, já que esta é baseada na distinção entre exploradores e explorados. E, por causa do isolamento do sujeito de desempenho explorador de si mesmo, não se forma num *Nós político* capaz de um agir comum (HAN, 2018, p. 16).

Malgrado o capitalismo possa não ser uma formação sempre igual a si mesma, como afirmaram Dardot e Laval (2016), acreditamos que as classes em luta continuam antagônicas e os interesses da burguesia mantêm-se contrários aos interesses do proletariado. Neste ponto, divergimos de Han (2018), que aposta que o neoliberalismo traz como novidade a implementação de um mecanismo de autoexploração dos sujeitos, rompendo com exploração de uma classe por outra. Nem a autoexploração é um fenômeno exclusivo da fase neoliberal, nem ela significa uma ruptura com a exploração externa em favor de uma exploração de si. Burawoy (1979), em *Manufacturing Consent*, constata que os trabalhadores da indústria, num período anterior ao neoliberalismo, costumavam intensificar o trabalho, excedendo até mesmo as expectativas do empregador. Essa autoexploração, segundo ele, teria relação com o sentido que os sujeitos conferem ao “esforço”, que estaria no centro da regulação de suas vidas. Estudos mais recentes sobre os trabalhadores de plataforma (cf. ABÍLIO, 2020; ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020) revelam como a autoexploração é absolutamente orquestrada pelos proprietários de empresas de aplicativos, com vistas a extrair uma quantidade maior de valor dos entregadores. Mesmo quando o trabalhador é autônomo e, teoricamente, trabalha “para si mesmo”, ainda assim não escapa de ser parte do *trabalhador coletivo*, ou seja, da combinação trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivos, tendo que organizar a sua “própria exploração” como uma peça na engrenagem do sistema de acumulação.

Em síntese, consideramos, com Anderson (2003), Klein (2007), Harvey (2008) e Duménil e Lévy (2014), que o neoliberalismo é uma resposta à crise da acumulação.



A partir dela, em concordância com Harvey (2008) e Duménil e Lévy (2014) a classe no poder foi obrigada a se recompor internamente e, como observado por Harvey (2008), precisou reinventar o aparelho político. Os autores mais próximos a Foucault, como Dardot e Laval (2018), Brown (2019) e Han (2019), apesar de se deslocarem para uma perspectiva teórica distinta, auxiliam na compreensão de como a classe dominante tem operado a ideologia, com vistas a manejar a subjetividade dos sujeitos em seu próprio benefício. Essas análises nos servirão para a elaboração de um “mapa” da ideologia neoliberal.

b) Ideologia neoliberal

Não obstante os aspectos que distanciam os analistas, podemos inferir que eles convergem ao considerarem que o neoliberalismo compreende transformações materiais das sociedades capitalistas associadas a mudanças na subjetividade dos indivíduos. É possível constatar que cada um dos autores ilumina mais fortemente certa dimensão do neoliberalismo. No entanto, todos realçam a transformação das mentalidades, seja pela influência da lógica financeira na construção da ideologia, seja pelo estabelecimento de uma nova racionalidade política.

Para o propósito desta análise, utilizamos como chave interpretativa a noção de ideologia, e não a de governamentalidade. Isto se deve ao fato de que a orientação marxista nos leva a considerar 1) que o sistema do capital opera segundo o processo de produção e de reprodução da vida material e 2) que essa dimensão de produção da vida está organicamente relacionada (ainda que não de modo simples) à reprodução espiritual, ou seja, às consciências, às identidades, às relações políticas, à arte e à cultura. A compreensão da unidade complexa entre reprodução material e reprodução social permite que observemos o fenômeno investigado a partir da totalidade concreta.



Gramsci (2007) considerou que a ideologia deveria ser compreendida como uma realidade objetiva e operante, terreno no qual os sujeitos coletivos apreenderiam a consciência. Para Filippini (2012), o marxista sardo não classificou ideologia como “falsa consciência” ou como uma consciência teórica que entraria em contradição com a prática. Para aquele pensador, ideologia não seria um bloco consistente de ideias e posições, elaborado por formuladores ou ideólogos, que, a partir delas, conseguiriam persuadir os subordinados a certa visão de mundo. Ideologia, para Gramsci significa, contrariamente, a forma complexa do próprio mundo social, ou seja, uma forma não-linear, composta de várias partes e elementos distintos que se combinam em diferentes contextos históricos e políticos. Em síntese, para Gramsci, não haveria uma ideologia específica do opressor imposta aos subalternos, mas uma série interrompida de resíduos ideológicos unidos por uma força hegemônica, que só pode ser superada por uma luta pela coerência e unidade de uma ideologia oposta (FILIPPINI, 2012).

Burawoy (1979), no trabalho citado anteriormente, entende que ideologia não é uma utopia fria ou uma teoria aprendida, mas sim a maneira como as pessoas experimentam as relações sociais. Uma vez que a ideologia tem ligação intrínseca com a experiência vivida, ela apresenta uma força material avassaladora sobre as massas e consegue organizar as vontades coletivas. Portanto, para ele, longe de ser um conjunto de ideias construído de forma unilateral pela classe dominante e imposta às classes subalternas, a ideologia é elaborada e disseminada por diferentes agências – a escola, a mídia, os partidos políticos etc. – em conexão com a vida objetiva dos sujeitos. A mesma trilha é seguida por Iasi (2014), que afirma que ideologia não pode ser definida como falsidade. Ideologia, para esse autor (2014, p. 31), “é uma inversão, um velamento, uma justificação; no entanto é, ao mesmo tempo, a ‘expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias [sic] e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante””. Em outras palavras, a falsidade é baseada numa veracidade.



Os autores que se debruçaram sobre o objeto neoliberalismo trazem algumas pistas de como, sob um novo contexto histórico, a tecitura ideológica foi sendo forjada. Amparado por um desejo autêntico de autonomia e liberdade, um movimento de ideias com caráter pessoal e ao mesmo tempo impessoal, cuja natureza é invenção, mas também vivência tangível, foi sendo propagado por diferentes agências – desde o Estado à sociedade civil -, cada qual moldando discursos segundo a sua particularidade e a sua audiência. Para os trabalhadores, o emaranhado do senso comum vai sendo delineado mediante a associação entre autonomia e características típicas da lógica empresarial. Colocando de outro modo, diferentes instituições passaram a exaltar a agência do indivíduo contra a “rigidez” das estruturas sociais, associando componentes mobilizadores dos sujeitos com atributos meramente corporativos, como concorrência e competição. Envolvidos nessa teia de sentidos, que se alimenta da experiência vivida, os trabalhadores acabam por reelaborar as suas identidades e por assumir uma nova ética de “estar no mundo”.

Um dos aspectos mais enfatizados pelos autores apresentados acima é o uso da retórica da “liberdade”. As “reformas” que levaram à diminuição dos direitos sociais e trabalhistas precisaram ser justificadas por um discurso que conferisse um caráter negativo ao Estado e positivo ao mercado. “Liberdade”, assim como outros termos análogos, como “autonomia” e “independência”, ganha um sentido alegórico, atrelando sucesso pessoal ao êxito empresarial. Para ser alguém bem-sucedido, os indivíduos precisam rejeitar a proteção social e se lançar à própria sorte: ser um “empreendedor”, tornar-se um “capital humano”, administrar a si mesmo como se fosse uma empresa competindo com outra. A ideia de empresa de si mesmo, como observam Dardot e Laval (2016), pressupõe a integração entre vida pessoal e profissional e, em decorrência disso, mudanças em relação ao uso do tempo. O tempo deixa de ser o do trabalho fixo e passa a ser o dos projetos, definido pelos diferentes empregadores. Um indivíduo concorrencial, hipermoderno, que se entende como autônomo, “empreendedor” e “proprietário de si”, único responsável por suas



escolhas e pelo seu desempenho, que rejeita a ação coletiva e deseja libertar-se das amarras burocráticas do Estado: eis a formação de uma nova força de trabalho ajustada às necessidades da classe capitalista e do funcionamento da acumulação flexível.

Buscamos sistematizar a composição da ideologia neoliberal no quadro abaixo:

Quadro 1 – Ideologia neoliberal

Eixo ideológico primário	Eixo secundário mobilizador da agência individual: associação com a cultura empresarial	Identities incorporadas pelo “novo” trabalhador
Liberdade Autonomia Independência Individualização	Flexibilização Competição Concorrência Iniciativa Ambição Cálculo Responsabilidade	Empreendedor Colaborador Parceiro Empresário de si Cliente Trabalhador Flexível Hipermoderno

Fonte: Elaboração própria

2. Princípios Teórico-Metodológicos

O materialismo histórico atribui à luta de classes o primado da dinâmica social. Em que pese a complexidade do debate sobre o assunto, é possível destacar, segundo Iasi (2014), que a luta de classes inclui uma luta de valores, de concepções de mundo e de ideias que nascem de uma base material em constante transformação. Em concordância com Burawoy (1979), ele afirma que a batalha de ideias, em torno da



justificação de formas de dominação, revela que os valores burgueses não são produzidos de cima para baixo, de forma a “martelar” na cabeça das pessoas um pensamento válido. A construção do edifício ideológico acontece dentro de um processo dinâmico, no qual a experiência objetiva do subalterno compõe de forma umbilical todo o artesanato do sistema de dominação.

A despeito disso, mesmo que a ideologia não signifique um conjunto de valores transferidos de forma instantânea de uma classe à outra, as ideias burguesas são aquelas mais facilmente encontradas na sociedade, especialmente em sua forma sistematizada como conhecimento filosófico e científico (IASI, 2014). A explicação para esse fenômeno está relacionada ao fato de que as relações sociais onde se expressa o pensamento burguês não são vividas tão somente pela burguesia,

mas na interação fundamental com outras classes e, portanto, outros indivíduos. O proletariado é elemento constitutivo da relação capitalista, e os indivíduos desta classe vivem essas relações como suas. É uma questão importante saber se a consciência proletária, pelo seu particular ponto de inserção no interior da relação capitalista, produziria uma consciência distinta daquela do seu dominador. No entanto, parece evidente que ambos partilham da mesma relação objetiva, derivando daí, em um primeiro momento, uma “consciência comum” (IASI, 2014, p. 106-107).

Resulta dessa observação que a dominação de classe não é responsável por criar ideologia. Ainda que haja agentes responsáveis por determinadas elaborações intelectuais, a ideologia tem um componente impessoal, por não se tratar de uma criação tramada por um complô de classe. Não obstante não se tratar de um complô, ela é sistematizada por agentes no interior de agências estratégicas - o que Gramsci chamaria de aparelhos privados de hegemonia e Althusser denominaria de aparelhos ideológicos de Estado -, que criam associações de sentidos e propagam o seu conteúdo. Esses canais de divulgação funcionam como mediadores, através dos quais as ideologias são moldadas a determinados interesses, alcançam as consciências e se tornam hegemônicas.



Diferentes mediadores têm sido responsáveis por propagar a ideologia neoliberal. Boltanski e Chiapello (2009) encontraram na literatura de gestão empresarial da década de 1990 o espaço de inscrição do chamado “novo espírito do capitalismo”. Esse “espírito” abrange muitos dos aspectos da ideologia neoliberal discutidos aqui. Além de elementos normativos sobre como agir dentro da empresa para aumentar os lucros, essa literatura inclui um tom moral, versando sobre as “aspirações pessoais e garantias à autonomia, mas também o modo como essas aspirações podem ser vinculadas a uma orientação mais geral do bem comum” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 85). Elas incluem rejeição às hierarquias e miram na ideia de um indivíduo *autogerido e criativo*, guiado por “líderes” distantes da burocracia. O conteúdo dessa literatura aposta na mudança das formas de controle dos indivíduos, que são transferidas de mecanismos externos para mecanismos internos.

Para Han (2018), além dos gerentes e dos religiosos que atuam como treinadores motivacionais, há outras dimensões da sociedade onde existe verdadeira reprogramação neoliberal, com vistas a eliminar fraquezas e debilidades dos sujeitos. Para ele, as novas tecnologias digitais são espaços propícios para realizar uma mudança geral das mentalidades. Internet, smartphones e google glass, assim como *gamificação* (cultura dos jogos eletrônicos), aparecem para as pessoas como espaço ilimitado de individualização e da liberdade. O ciberespaço configura-se como uma espécie de novo panóptico moderno, com a diferença de que nele os próprios sujeitos expõem-se voluntariamente à vigilância, além de ser o terreno onde as competências cognitivas e emocionais são estimuladas.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo inaugura técnicas para fabricar o que eles chamam de sujeito unitário. Diferentemente das técnicas de disciplinar os corpos, elas terão como objeto as mentes dos indivíduos. O sujeito-neoliberal ou “neosujeito” precisa ter a sua subjetividade totalmente engajada nas atividades produtivas. Para tanto, as técnicas disciplinares da mente precisam, em primeiro



lugar, reconhecer os desejos desses sujeitos; em segundo, devem tratá-lo como um ser ativo “que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Assim, a técnica neoliberal expressa-se na inclusão da vontade de realização pessoal, num projeto tão heroico quanto falacioso de conquista de um “novo poder”.

Dardot e Laval (2016) discordarão de Boltanski e Chiapello (2009) quando estes afirmam que a ideologia, através de sua face sedutora e retórica dos novos modos de poder, seria por si só mobilizadora dos sujeitos. Os dois primeiros observam que o projeto neoliberal é baseado em técnicas, tais como as técnicas de gestão e os mecanismos que buscam a adesão dos indivíduos às normas de conduta das empresas: avaliação, trabalho por projeto, normatização dos procedimentos e descentralização. Caso esses sujeitos não se engajem nas ações para as quais são convocados, eles podem sofrer sanções no salário, no desenvolvimento de carreira, entre outros aspectos limitadores de suas aspirações particulares. Portanto, para Dardot e Laval (2016), não bastam as ideias contidas nos manuais de boas práticas para conquistar trabalhadores. As ideias precisam ser sócias das práticas, que serão responsáveis por mobilizar categorias psicológicas.

(...) o essencial – afirmam - não é a verdade dessa medição, mas o tipo de poder que é exercido “profundamente” sobre o sujeito impelido a “entregar-se completamente”, a “transcender-se” pela empresa, a “motivar-se” cada vez mais para satisfazer o cliente, isto é intimado pelo tipo de contrato que o vincula à empresa e pelo modo de avaliação que lhe é aplicado a provar seu comprometimento pessoal com o trabalho (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331).

Assim, as técnicas de governo se apresentam como práticas determinadas, por meio do *coaching*, de programação neurolinguística (PNL), de análise transacional (AT) e de uma “escola” ou um “guru”, que estabelecem um treinamento disciplinar, procedimentos e recompensas para tornar os sujeitos “operacionais” em situações



complexas. Essas técnicas, por sua vez, podem ser utilizadas tanto dentro da empresa como fora dela. Segundo os mesmos autores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 345-346), “*toda a subjetividade*, e não apenas o ‘homem no trabalho’, é convocada para esse modo de gestão, mais ainda na medida em que a empresa seleciona e avalia de acordo com critérios cada vez mais “*peçoais*”, físicos, estéticos, relacionais e comportamentais”.

Pelo o que foi dito, as propagandas de mídias, de uma maneira geral, e a propaganda da Reforma Trabalhista do governo Temer, no sentido mais particular, não são capazes de criar ideologia por si só. Da mesma forma, não apresentam a capacidade de produzir consensos em torno de um projeto de poder. Para isso, há um edifício complexo, onde entram em jogo diferentes agências, aspirações dos sujeitos num dado contexto histórico, técnicas de captura dessas aspirações e treinamento dos corpos e das mentes para a assunção pelo capital.

No entanto, é importante destacar que os anúncios publicitários, se não criam ideologia, são sempre norteados pelo contexto econômico-político-ideológico de um tempo. Rocha (2010), a título de exemplo, ao analisar propagandas nos anos de 1980, percebe que já havia, naquela década, uma espécie de “*antecipação*” da ideologia neoliberal que viria a se hospedar no Brasil em definitivo nos anos 1990. Segundo a autora, os anúncios passaram a inscrever argumentos vinculados à “*qualidade de vida*” e à “*responsabilidade social*”, contraditórios ao processo de desestabilização social e econômica em curso, mas que apontavam para ideias de um novo modelo de crescimento econômico em plena crise da acumulação.

O mesmo pode ser dito sobre a publicidade social estatal. Pesquisando dados de campanhas publicitárias durante o último ano do governo Temer e o primeiro da gestão Bolsonaro, Saldanha e Bastos (2019) argumentam que os investimentos do Estado em publicidade social tem tomado formas semelhantes à publicidade



comercial tradicional. Ao invés de se pautar no diálogo elucidativo com a sociedade civil (conforme determinam as instruções normativas do próprio governo), as campanhas recentes excluem interesses da maioria da população, pautando de forma vertical e unilateral o que seria considerado "interesse público".

Não há espaço neste texto para um exame mais detalhado sobre a natureza do Estado capitalista e o seu papel no sistema do capital. No entanto, consideramos importante salientar que nosso alicerce teórico não considera o aparelho político puro representante de interesses gerais, onde governos particulares descarrilariam dos trilhos de uma determinada "vocalização pública". Com Marx, Engels, Gramsci, Poulantzas e outros pensadores do materialismo histórico, consideramos o Estado instrumento político voltado, entre outros aspectos, ao processo de dominação de uma classe sobre outra (embora, em alguns momentos, ele possa se colocar acima das classes, como demonstrou Marx em *O 18 de Brumário*). Por isso, toda e qualquer propaganda governamental, independentemente das circunstâncias, guarda em si uma disposição ideológica de um projeto de poder. Nossa tarefa aqui consiste em posicionar a propaganda governamental no sistema de dominação, abordando a perícia na manipulação da ideologia neoliberal sobre a retirada de direitos trabalhistas.

Assim, inspiradas(os) pelos fundamentos teóricos-metodológicos apresentados nesta seção, julgamos que a disseminação do gênero propagandístico encerra a eficácia de espalhar as ideologias pelo tecido social, de forma a auxiliar a manutenção do *status quo*. Desta forma, é possível identificar no gênero determinadas combinações de resíduos ideológicos, moldados de acordo com a intenção e a audiência. Por isso, a análise a seguir busca entender como esse gênero discursivo faz uso da ideologia que circula na sociedade e a molda de acordo com determinados fins. Em vista disso, utilizamos o método descritivo, buscando identificar recursos textuais e imagéticos que mobilizam ou não o repertório



ideológico que discutimos acima: o eixo primário, o eixo secundário e as identidades forjadas para a acumulação flexível. Para tanto, iremos destacar as imagens icônicas, ou seja, as imagens que tem mais proximidade com o objeto da propaganda - a Reforma Trabalhista -, e os aspectos simbólicos que se distanciam de alguma maneira da informação imediata das peças publicitárias. Assim, acreditamos ser possível extrair os significados que a propaganda governamental procura difundir.

3. Apresentação do *corpus*

As propagandas governamentais selecionadas para esta análise apresentam alguns aspectos em comum, como, por exemplo, informações gráficas, imagens, cores e *slogans*. Cada propaganda, por sua vez, busca apresentar uma mudança particular da CLT: figura (1), contribuição sindical; figura (2), jornada de trabalho; figura (3), trabalho intermitente; figura (4), terceirização; e figura (5), fracionamento de férias.

Figura 1 - Fim da contribuição sindical



Fonte: @brasilgovbr

A figura 1 retrata o fim da contribuição sindical obrigatória. Das imagens selecionadas, esta pode ser encontrada também numa página de uma empresa privada do ramo financeiro. Esse anúncio (inicialmente encontrado no perfil do governo federal) destoa das demais propagandas, sugerindo que a referida empresa alterou a imagem original, incluindo o gráfico e a sua logomarca “Capital”.

Ainda que o tema seja controverso até para os defensores dos direitos trabalhistas, é importante chamar a atenção, como faz Benedetto (2017), para o fato de que o fim da obrigatoriedade da contribuição foi um duro golpe contra a estrutura sindical brasileira, dado que essa era a principal fonte de financiamento dessas associações. No entanto, a imagem acima anuncia que o fim da obrigatoriedade de contribuição sindical é algo positivo para os trabalhadores, cuja escolha de não se associar à entidade de classe poderá ampliar o seu “capital”.

Figura 2 - Jornada de Trabalho



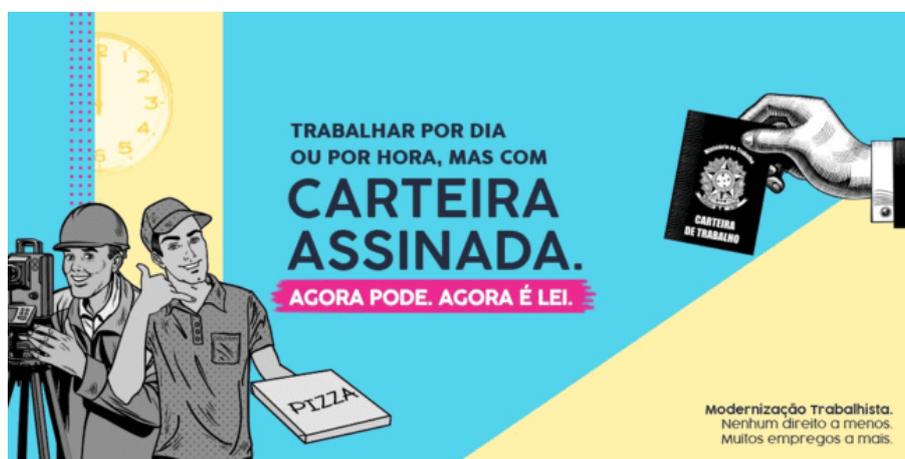
Fonte: @brasilgovbr

A figura número 2 trata da possibilidade de mudança na jornada de trabalho. A Reforma ampliou a permissão da jornada de 12 horas e descanso posterior de 36 horas. Antes de 2017, essa prática era permitida em caráter excepcional, com



garantia de adicional noturno e remuneração dobrada nos feriados. Na nova CLT, retirou-se o caráter de exceção e ampliou-se o modelo de jornada para outras categorias, sem obrigatoriedade de pagamento em dobro por feriados trabalhados e de adicional noturno (BENEDETTO, 2017). Além disso, prevê aumento da jornada de trabalho diária e semanal, regulação e ampliação do trabalho em tempo parcial e temporário, maiores possibilidades de compensação de horas trabalhadas por banco de horas, redução do horário para alimentação, negociação referente ao horário para amamentação por trabalhadoras lactantes, não pagamento de horas *in itinere* e horas extras em *home office*, e aumento do fracionamento das férias (KREIN, 2018, SILVA FILHO, 2017; CLT, 2017). No entanto, apesar de representar a retirada de direitos, a imagem sugere que essa alteração beneficia trabalhadores e trabalhadoras, como se agora eles pudessem por meio da jornada 12 x 36 administrar o seu tempo de trabalho.

Figura 3 - Trabalho intermitente



Fonte: @brasilgovbr

A figura de número 3 tem como objeto o trabalho intermitente. A imagem permite-nos interpretar que os trabalhadores que trabalham por hora ou por dia, após a Reforma, passaram a ter seus direitos assegurados por lei. Todavia, o trabalho



intermitente ou descontínuo oscila segundo a demanda do empregador e empurra os trabalhadores para períodos de inatividade, ficando nesses momentos sem qualquer remuneração. A natureza desse tipo de trabalho pode alterar dias, horas e turnos e ratificar toda sorte de insegurança quanto ao planejamento do presente e do futuro.

Figura 4 – Terceirização

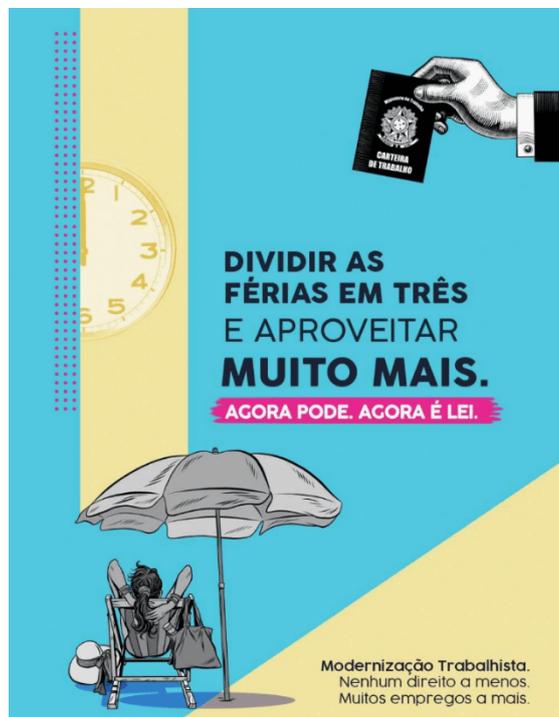


Fonte: @brasilgovbr

A figura 4 trata da terceirização. No que se refere ao trabalho terceirizado e temporário, a nova CLT apresenta a liberação da prática conhecida como “pejotização”, que significa, na realidade, a prestação de serviços por “empresas” formadas por somente uma pessoa. A prática já existia antes da Reforma, porém, com a alteração da lei, aumentaram as possibilidades de subcontratação e deslocou-se a responsabilidade sobre o conjunto de aspectos do trabalho para os prestadores de serviços, isentando os contratantes. Ressalte-se, ainda, a autorização para terceirização de atividades-fim (VALADARES et al, 2017).



Figura 5 - Divisão das férias



Fonte: @brasilgovbr

Por fim, a última imagem refere-se à possibilidade de dividir as férias em três períodos e, assim, “aproveitar muito mais”, mostrando uma mulher descansando em uma praia. O aumento da extração de mais-valor pela intensificação da jornada de trabalho incidu também sobre os dias de descanso. Antes da Reforma, o trabalhador formal poderia, de forma geral, usufruir dos 30 dias corridos de férias e, caso houvesse fracionamento, o período mínimo deveria ser de 10 dias. A nova CLT passa a permitir o parcelamento das férias em até três períodos, sendo o período menor não inferior a cinco dias e um outro período não inferior a quatorze dias. O pagamento também pode se alterar na medida em que serão pagas férias proporcionais aos dias de descanso (CLT, 2017). Ao dispor sobre o gozo de férias anuais remuneradas, a Reforma permite ao empregador manejar as férias de seus funcionários de acordo com as necessidades da empresa, bem como reduzir o tempo de descanso, ferindo a sua finalidade social.



4. Análise das peças publicitárias

Após análise das imagens, percebemos a repetição de alguns elementos e a variação de outros. Todas as imagens são diagramadas em leiaute de proporções 16:9, padrão das telas de dispositivos móveis. Os anúncios distribuem signos de forma semelhante: no canto superior esquerdo, trecho de uma imagem fotográfica; no canto inferior esquerdo, ilustrações de trabalhadores em tons de cinza; ao centro, as mensagens textuais; próximo à quina superior direita, a ilustração de uma mão segurando uma carteira de trabalho; na porção inferior direita, *slogan* adotado pelo governo federal.

No campo da mensagem plástica, há o padrão de cores em amarelo e azul, ao fundo, distribuídos entre linhas retas diagonais que remetem à bandeira brasileira. O preto aparece nas mensagens textuais, acompanhado de pequenos trechos em branco sobre magenta. O enquadramento dos símbolos icônicos dispostos nas imagens também merece atenção. Tomando emprestados termos de linguagem cinematográfica (PEREIRA, 1981), podemos observar que os elementos da área superior, tanto do lado esquerdo quanto direito, aparecem em plano detalhe – mostrados apenas em parte e sem conexão com algum cenário ou personagem que lhe configurasse algum sentido mais específico. Por exemplo, no aperto de mãos apresentado nas imagens 1 e 4 são omitidos os personagens da “cena”. O relógio, apresentado nos demais anúncios, também surge isolado de contexto.

A parcela inferior esquerda é reservada às ilustrações que remetem aos trabalhadores. Estes vêm enquadrados em plano de conjunto, ou seja, mostrados de corpo inteiro, com exceção da figura 3, em que se apresentam em meio-primeiro plano. Como já dito, os desenhos estão em tons de cinza. Em compensação, a imagem da mão que carrega a carteira de trabalho, mostrada em plano detalhe à margem superior direita de todos os anúncios, apresenta sombra bem demarcada, reforçada



pelo fato de ser um desenho monocromático (apenas preto sobre branco, sem tons intermediários).

No que diz respeito à mensagem icônica, observamos que os trabalhadores ilustrados surgem, curiosamente, fora da situação prática de trabalho, ou seja, estão “posando para a câmera” e não executando alguma função rotineira sugerida pelos uniformes e instrumentos de trabalho. As imagens remetem a uma trabalhadora de escritório e um agricultor (figura 1); uma profissional da saúde, um profissional do ramo alimentício [trabalhador autônomo?] e um militar do corpo de bombeiros (figura 2); um topógrafo e um entregador (figura 3); profissionais que remetem ao ramo alimentício (figura 4). Na figura 5, o padrão de enquadramento não mais se repete; aqui, a personagem encontra-se de costas para o receptor, sentada a uma cadeira de praia sob um guarda-sol.

A imagem da mão que segura a carteira de trabalho, repetida em todas as figuras analisadas, sugere uma posição de “entrega”, como se o documento em questão estivesse sendo oferecido ou depositado numa antiga urna eleitoral. O desenho sugere uma mão masculina, sendo que o personagem não revelado se veste com um terno. O aperto de mãos das imagens 1 e 4 se dá entre uma mão negra e outra branca, sendo que a mão branca veste terno e a outra, apenas camisa, sugerindo se tratar, respectivamente, de um trabalhador (à esquerda) e um empregador (à direita).

As mensagens textuais trazem frases curtas. Destacam-se as expressões “pago se quiser” (figura 1); “12X36” (figura 2); “carteira assinada” (figura 3); “sim” (figura 4) e “muito mais” (figura 5). Na figura 1, o texto hierarquicamente mais relevante, “pago se quiser”, vem como resposta à pergunta “contribuição ao sindicato?”. O uso do verbo em primeira pessoa também chama a atenção. O termo “terceirizado, sim, mas com todas as garantias” (figura 4), bem como a expressão “trabalhar por dia ou por hora, mas com carteira assinada” (figura 3), também sugerem que o enunciador se



antecipa a possíveis questionamentos respondendo sempre de forma positiva e assertiva quanto à suposta garantia de direitos para estas modalidades. Destaque-se ainda que as cinco imagens trazem o adendo “Agora pode. Agora é lei” logo abaixo de todas as mensagens principais, sugerindo que as mudanças realizadas pela Reforma são uma espécie de concessão de direitos ou formalização do trabalho outrora desregulamentado, quando, na prática, é justo o contrário. Por fim, no canto inferior direito vem a expressão “Modernização Trabalhista” acompanhada do slogan “Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais”. Não é encontrada menção direta ao enunciador destas mensagens.

Diante dos signos listados anteriormente, compreendemos que alguns significados contribuem para uma melhor compreensão da estratégia discursiva do enunciador. Em primeiro lugar, a omissão é característica central tanto nas mensagens icônicas quanto textuais. A omissão mais evidente está nos textos propriamente ditos, em que os temas centrais de cada anúncio não são suficientemente esclarecidos a ponto de o espectador se manter minimamente informado sobre as mudanças, isto é, sobre as perdas de direitos que de fato aconteceram.

Muito embora reconheçamos a incapacidade deste formato publicitário para esgotar um assunto tão complexo, não podemos ignorar que as escolhas discursivas do enunciador centram-se apenas nos aspectos pretensamente positivos para o trabalhador. Por exemplo, na figura 1, a nova possibilidade de recusa do pagamento da contribuição sindical omite a perspectiva de um possível enfraquecimento dos órgãos representativos dos trabalhadores. A figura 2, sobre a jornada de trabalho 12x36, oculta os riscos que as jornadas de trabalho estendidas podem ocasionar aos trabalhadores. A figura 3 sugere que o trabalho intermitente é vantajoso, ainda que esse tipo de contratação aumente a instabilidade e a insegurança de todos os trabalhadores. Na figura 4, o trabalho terceirizado é apresentado como se apenas agora fosse portador de benefícios. Porém, ignora-se o fato de que, em tese, os



trabalhadores terceirizados já seriam portadores de direitos, mas que estes são, via de regra, descumpridos.

As ditas omissões, entretanto, não se resumem aos elementos textuais. A adoção de enquadramento em planos-detulhe esconde do público uma noção real de qual personagem está participando do contexto da imagem. O caso da mão que segura a carteira de trabalho, bem como das que se cumprimentam, é emblemático. Tudo indica que, do lado superior direito, temos o ofertante da carteira de trabalho, que pode ser a “mão” do Estado ofertando o direito trabalhista ao cidadão. Em ambos os casos, temos uma lacuna que insinua a inexistência de outros personagens na “trama” da construção e aprovação da Reforma. Sendo assim, as imagens omitem os fiadores do desmonte dos direitos trabalhistas como estratégia de sua naturalização.

Corroborando ainda esta análise o fato de os anúncios serem apócrifos, ou seja, não trazerem abertamente a assinatura do governo federal. Embora tenham sido postadas no *microblog* oficial do Palácio do Planalto (o que, portanto, poderia indicar a existência de uma “assinatura”), a publicidade governamental figura na fluidez que marca as redes sociais. Em outras palavras, as mesmas imagens podem circular livremente por outros espaços que não aqueles onde foram originalmente estampados. Não por acaso, um dos anúncios (figura 1) pode ser acessado no *blog* de uma empresa de investimentos, que adulterou a mensagem textual incluindo um gráfico e o aviso “E o STF aprovou!!!” (sic), seguida da logomarca da empresa. O governo federal, no caso, municiou discursivamente simpatizantes da Reforma com mensagens apropriáveis por quaisquer outros enunciadores.

Em suma, Estado e capital estão ausentes dos signos apresentados e não parece haver hipótese plausível de que se trata de uma aleatoriedade. Em contrapartida, a presença do trabalhador é marcante, configurando, na ausência de outros personagens, uma espécie de protagonismo da narrativa imbricada na sequência



publicitária. Compete-nos, pois, destacar a forma como tais personagens são apresentados. De início, é relevante a diversidade de gênero e ocupações dentro dos dez trabalhadores representados. São seis homens e quatro mulheres. As profissões são variadas, sendo que apenas uma se repete: a do profissional do ramo alimentício que carrega em si um certo estilo “sofisticado”.

Um padrão é recorrente nas figuras 1 a 4: os trabalhadores aparecem caracterizados em uniformes e carregando itens e ferramentas de trabalho (portfólio, cesta de verduras, estetoscópio, xícara, mangueira de incêndio, topógrafo etc.). Além disso, aparecem (embora uns mais que os outros) sorridentes e gesticulando sinais de positividade para o receptor. A representação icônica remete a atores em estúdio simulando a condição de trabalhador, uma vez que não há nenhuma contextualização do local de trabalho, tampouco os personagens aparecem na situação de trabalho em si. Pelo contrário, é como se estes estivessem em uma fotografia publicitária montada para esta finalidade (todos estão “encenando para a câmera”), em pose sedutora que sintetiza a postura esperada de um trabalhador satisfeito com sua nova condição.

Tratar-se-ia de algo pouco significativo não fosse a figura 5, em que a personagem aparece nas férias. Neste caso, ela encontra-se de costas para o receptor, como se tivesse sido “flagrada” em um momento de ócio. Aqui, é desnecessário encenar o prazer proporcionado pela folga. Ou seja, o receptor se depara apenas aqui com uma personagem autêntica, espontânea, que pode ser mostrada sem a necessidade de simular a plenitude de sua satisfação. O que impediria, pois, o enunciador de “flagrar” os demais personagens em situações reais de trabalho não fossem as incertezas e inseguranças de um mercado de trabalho desregulamentado e desprotegido? Não é de se estranhar que, por trás deste ato falho, expõe-se a síntese da estratégia discursiva do enunciador: naturalizar a Reforma, apresentando-a como fonte de satisfação para o trabalhador e não como de interesse direto do capital.



Assim, a onipresença da carteira de trabalho (segurada por uma mão que lembra o gesto democrático do depósito do voto em uma urna) e dos lemas “nenhum direito a menos” (apropriado dos lemas de centrais sindicais opositoras à Reforma) e “muitos empregos a mais” atestam e fortalecem a narrativa ideológica dos anúncios em questão. O uso da primeira pessoa (“pago se quiser”) e das afirmações assertivas (“terceirizado, sim”) reforçam a ideia de que a estratégia vai além de falsear uma possível isenção: trata-se de uma inversão completa em que o trabalhador, vítima do concerto de forças econômico-políticas, é mostrado como protagonista da “trama” – algo possível apenas, reforçamos, pelas artimanhas das constantes omissões.

Pelo o que foi dito, é possível verificar nas propagandas da Reforma a mobilização do eixo primário da ideologia neoliberal. As imagens dos trabalhadores, identificados por diferentes profissões e descolados dos espaços de trabalho, assim como os textos em primeira pessoa sugerem uma representação individualizada dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a mensagem transmitida parece exaltar a liberdade de escolha: os trabalhadores podem escolher pagar ou não a contribuição sindical, podem ajustar-se à jornada 12 x 36 se assim desejarem, podem trabalhar por dia ou hora, se for adequado para suas vidas, podem ser terceirizados e podem dividir as férias da maneira que preferirem. Por fim, podem negociar diretamente com o patrão, sem a interferência da associação sindical. Em síntese, eles são retratados como individualizados e desembaraçados da burocracia do Estado, do sindicato e das corporações, sendo livres para realizar escolhas e tomar decisões por si mesmos.

Da mesma forma, o eixo ideológico que mobiliza a agência dos indivíduos aparece na relação entre a liberdade dos trabalhadores e a flexibilização das jornadas. As propagandas insinuam que os trabalhadores podem escolher o momento em que irão se ocupar de suas funções laborais, sem que o tempo seja regulamentado por um agente externo e imposto de cima para baixo. Talvez, por este motivo, as



propagandas repisem a imagem de um relógio cortado ao meio quando há referência à jornada de trabalho e às férias, imagem esta que parece sugerir que o trabalhador pode controlar o seu tempo ao dedicar apenas metade das horas, costumeiramente gastas, com atividades laborais.

O que chama a atenção, no entanto, é que as imagens que sugerem a liberdade do trabalhador são acompanhadas por frases que reforçam a economia planificada. As propagandas incorporam elementos típicos da ideologia neoliberal, porque defendem a flexibilização de jornada, a terceirização, o enfraquecimento dos organismos de classe e associam tudo isso à ideia de autonomia e liberdade dos trabalhadores. No entanto, elas também mobilizam a diversidade étnica e de gênero, demanda de movimentos sociais e suas lutas por reconhecimento. Da mesma forma, elas repetem o desenho de uma carteira de trabalho, a palavra “lei” e a expressão “Nenhum Direito a Menos” que, em princípio, poderiam estar em contradição com o projeto neoliberal contra o Estado e outros tipos de autoridade. Nesse caso, as imagens deste tipo de gênero propagandístico revelam que a ideologia neoliberal precisou incorporar não apenas as aspirações por liberdade, independência e autonomia dos sujeitos. Elas precisaram incluir também resíduos ideológicos relacionados às aspirações dos sujeitos por segurança e previsibilidade.

Assim, as propagandas mobilizaram tanto aspectos da ideologia neoliberal que incluímos no eixo primário – liberdade, autonomia, independência, individualismo -, como também outros elementos que podemos considerar opostos ao eixo secundário – flexibilização, ambição, competição -, estabelecendo um processo de interdiscurso com as forças contrárias, que ocupam as trincheiras das lutas contra a agenda de retrocessos. Colocando a questão de outra forma, a ideologia neoliberal aparece aqui limitada por outros discursos, precisando equilibrar elementos heterogêneos e intertextuais para que a sua estratégia de disseminação e consolidação do *status quo* seja eficiente.



Considerações Finais

A década de 70 inaugura uma nova fase do capitalismo. Desde então, a agenda neoliberal vem sendo executada de distintas formas, em diferentes países do norte e do sul global. Para retomar as taxas de acumulação, governos alinhados com essa agenda têm retirado direitos sociais e trabalhistas e transferido recursos públicos para o capital. Essa política de retrocessos sociais tem sido vencedora graças a sua conexão com uma nova ideologia, que estimula a agência dos sujeitos na direção de uma ideia mítica de liberdade e emancipação.

A partir de um recorte bibliográfico sobre neoliberalismo, elaboramos um quadro que busca organizar determinados sentidos que compõem a ideologia neoliberal. O eixo primário assimila as expectativas autênticas dos indivíduos. O eixo secundário apela para a agência individual, conectada aos interesses do capital. Por último, destacamos as novas identidades laborais, por meio das quais os sujeitos assumem uma nova ética de estar no mundo. Esse esquema teórico-metodológico foi o ponto de partida para a análise do *corpus*.

A Reforma Trabalhista progrediu sob o argumento da “modernização” da CLT. O Governo Federal, responsável pela proposta, dedicou-se a propagandear os seus “benefícios” aos trabalhadores, por meio de publicidade na conta oficial do *twitter*, em vídeos no site *youtube* e em diversas mídias corporativas, que permitiram que agentes do executivo federal divulgassem a Reforma. A promessa de que a mudança da CLT ampliaria o número de vagas de empregos sem perda de direitos foi o carro-chefe de discursos e de peças de propaganda, promessa esta nunca cumprida. As imagens publicitárias analisadas buscam, claramente, apresentar informações falsas sobre o projeto da Reforma. No entanto, para que fosse possível falsificar a realidade, as propagandas nutriram-se da ideologia que circula na sociedade, e que se conecta com aspirações genuínas dos indivíduos.



O conteúdo das propagandas, conforme registramos na análise, apresenta as seguintes características:

1. O leiaute das imagens favorece a replicação em dispositivos móveis;
2. As imagens são apócrifas, sem menção à autoria;
3. As cores azul e amarela e a forma geométrica em linhas retas e diagonais sugerem uma exaltação cívica à bandeira nacional;
4. A carteira de trabalho parece estar sendo oferecida ou depositada como numa antiga urna do voto eleitoral, representando, supostamente, oferta de direitos;
5. São recorrentes palavras e expressões assertivas, tais como “sim”, “pago se quiser”, “muito mais” etc.; ao mesmo tempo em que são suprimidos aspectos informativos ou negativos sobre a Reforma;
6. Os textos têm características dialógicas, de interdiscurso, pois incorporam expressão própria de campos políticos contrários ao desmonte da CLT;
7. Os únicos “personagens” em cena são os trabalhadores que, à exceção do anúncio sobre fracionamento de férias, aparecem como se estivessem “posando para uma foto”; nenhum deles é retratado em situações de trabalho;
8. As imagens ocultam outros agentes e agências; não há representações do Estado, governo, ministério ou proprietários do capital. Nesse último caso, destaca-se somente a presença de um aperto de mãos, por dedução, entre um empregador e seu empregado.



A exclusão de autoria, ao que parece, permitiu que os anúncios fossem apropriados e difundidos por outros agentes e agências, aspecto que contribuiu para produção do emaranhado de sentidos que forma o senso comum. Em síntese, ao mesmo tempo em que respondia aos críticos, o governo federal municiava intermediários favoráveis ao desmonte das leis trabalhistas para amplificar a sua política neoliberal de retração de direitos. Sendo assim, o próprio Executivo federal, que, conforme Gramsci (2007), constitui o Estado em seu sentido restrito (sociedade política), produziu e difundiu narrativas que se espalharam pelo tecido social, com o fim interferir na batalha de ideias no Estado em sentido ampliado (sociedade política mais sociedade civil).

Se associarmos essas propagandas a outras narrativas dominantes, podemos chegar a um panorama ideológico, cuja eficácia orienta a consciência e a conduta de parte considerável da sociedade. Não se trata de uma persuasão simples, mas de uma força que conecta diferentes fragmentos da realidade, que se corporificam por meio de uma coerência determinada. Para tanto, a classe que domina precisa lidar, também, com os fragmentos que compõem a visão de mundo e a rebeldia própria dos grupos subalternos. A intertextualidade presente no *corpus* analisado revela exatamente isso, que a ideologia não é um fenômeno programado de cima para baixo, que mantém uma coerência integral com os interesses econômicos da classe dominante. Ela é uma produção multiforme que precisa ser alimentada permanentemente, tanto para manter o poder sobre a classe trabalhadora, como, no caso desta análise, para disciplinar aquela parte da classe que não adere tão facilmente aos pressupostos ideológicos dominantes. O resultado emblemático da análise é que esse gênero textual não consegue ser totalmente coerente com a promessa do capitalismo flexível, supostamente comprometido com a “liberdade” contra a “burocracia”.

Desvendar esses e outros mecanismos comunicacionais, presentes nas propagandas, pode auxiliar na elaboração de estratégias de luta pela coerência e unidade de uma



ideologia oposta, bem como criar maneiras autênticas de entender a realidade capitalista para superação da hegemonia neoliberal. O combate às ideias dominantes, associado à transformação das práticas que (des)integram o tecido social, constitui uma das trincheiras centrais na direção da urgente transformação social do tempo presente.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? *Contracampo*, Niterói, v. 39, n.1, p.12-26. Abr./Jul. 2020.
- ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- BENEDETTO, Roberto Di. Revendo mais de 70 anos em menos de 7 meses: a tramitação da Reforma Trabalhista do Governo Temer. **Espaço Jurídico**, v. 18, n. 2, p. 545-568, 2017. Disponível em <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/15238/pdf>> Acesso em 30 jun. 2020.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*. The University of Chicago Press. Chicago and London, 1979.



CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS, 2017. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf>. Acesso em 15 jan. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo*. In: CHESNAIS, F. et. al. (orgs.). *Uma nova fase do capitalismo?* Ed. Xamã, São Paulo, 2003.

FILGUEIRAS, Luiz. *Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: o Capitalismo no final do século*. In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: ABET, 1997.

FILIPPINI, Michele. *Tra scienza e senso comune. Dell'ideologia in Gramsci*. In: *Scienza & Politica*, vol. XXV, nº 47, 2012, pp. 99. Disponível em: <<https://scienzaepolitica.unibo.it/article/view/3840/3246>>

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte/Veneza: Ed. Âyiné, 2018.

HARVEY, David. *A condição Pós-moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, 1992.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008

IASI, Mauro. *O Dilema de Hamlet*. São Paulo: Ed. Viramundo, 2014.

KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Picador, 2007.

KREIN, José Dari. *O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da Reforma Trabalhista*. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 30, n.1., 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>> Acesso em 30 jun 2020.

PEREIRA, Paulo Antônio. *Imagens do movimento: introduzindo ao cinema*. Petrópolis: Vozes, 1981.



MCGUIGAN, Jim. *Neoliberal Culture*. Palgrave Macmillan, 1 st edition, 2016.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves; BASTOS, Pablo Nabarrete. Publicidade Social de Interesse Público (PIP) e engajamento político, uma antítese à Publicidade de Utilidade Pública (PUP) governamental. **Revista Eptic**, vol. 21, nº 3, set.-dez. 2019. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/12466/9405>>. Acesso em 05 mar. 2022.

SILVA FILHO, Carlos Fernando da. Reforma Trabalhista solapa direitos dos trabalhadores. In: RAMOS, G. T. et al. (coords.) **O Golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista**. Narrativas de Resistência. Bauru: Canal 6, 2017. 391 p. (Projeto Editorial Praxis). Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctvtxw31b.11.pdf?refreqid=excelsior%3A1904373cd9d1830e2c0c1f5299b946e9>> Acesso em 30 jun. 2020.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *A nova retórica do capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais*. São Paulo: Edusp, 2010.

VALADARES, Alexandre.; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. A Reforma Trabalhista e o trabalho no campo. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, IPEA, Brasília, n. 63, p. 95-112, Outubro de 2017. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63_08_politica_em_foco_reforma_trabalhista.pdf> Acesso em 30 jun. 2020.